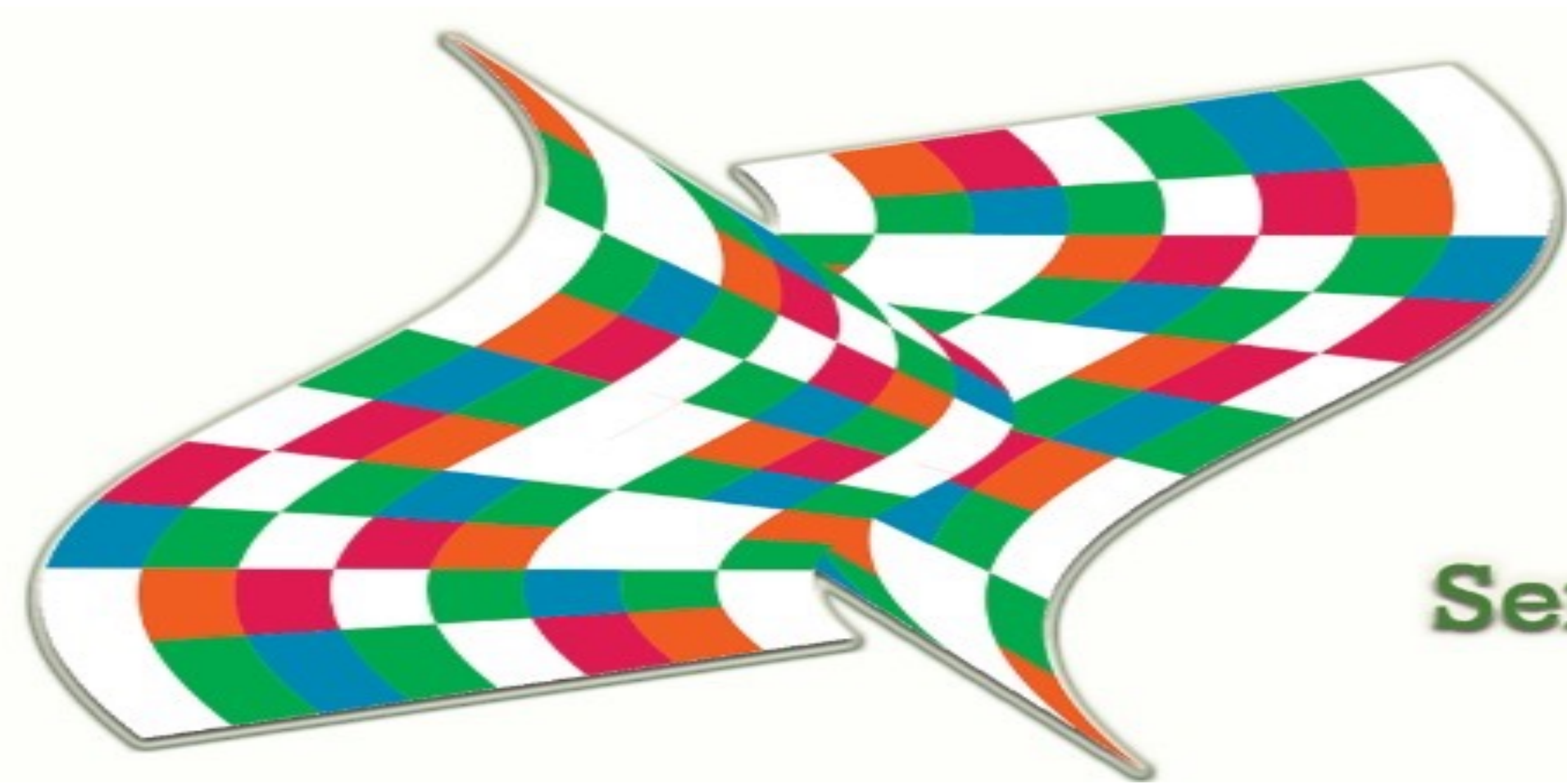




SINPRED

Seminário Internacional de Preservação Digital 2025

7ª Edição

OS IMPACTOS DO GOVERNO DIGITAL NA PRESERVAÇÃO DIGITAL DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO

WILLIAM JERÔNIMO GONTIJO SILVA¹; CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT²

INTRODUÇÃO

Desde o período das primeiras reformas administrativas implantadas após as crises do modelo nacionalista, até os governos atuais, há uma forte predominância de ideologias liberais e, consequentemente, de um forte projeto neoliberal brasileiro. As transformações digitais que ocorreram ao longo dessa trajetória, no âmbito da Administração Pública Federal, culminaram no cenário de um governo digital distante das políticas de preservação digital no Brasil.

OBJETIVOS

Objetivo Geral: Compreender a efetividade do Governo Digital no que tange à preservação digital do patrimônio arquivístico brasileiro.

Objetivos Específicos:

Refletir sobre a patrimonialização dos arquivos no Brasil; Investigar as relações de poder a partir dos impactos das formas de Estado e dos Regimentos de Informação no Brasil; Analisar o contexto histórico do processo de transformação digital no âmbito da Administração Pública Federal de modo a reconhecer a inserção da preservação digital; Compreender a preservação digital e seus aspectos basilares; Identificar o que o Arquivo Nacional preconiza para a preservação do patrimônio arquivístico digital e a aplicabilidade das suas políticas de preservação digital no Brasil; Cotejar a proposta do Governo Digital com as ações do Arquivo Nacional.

METODOLOGIA

O trabalho foi organizado em dois grandes eixos: um primeiro refletindo, investigando, analisando e compreendendo o contexto histórico do processo de transformação digital no Brasil e o segundo, identificando e comparando a aplicabilidade das políticas de preservação digital no âmbito da Administração Pública Federal. A pesquisa, por sua vez, utilizou referenciais sobre as formas de Estado, regimes de informação e dados extraídos por Silva (2017) sobre a aplicabilidade das políticas de preservação digital no Brasil e comparou com o universo atual dessas organizações.

CONCLUSÃO

Até o presente momento constatamos que há uma discrepância significativa entre as ações emanadas pelo Arquivo Nacional e as Estratégias do Governo Digital brasileiro no que se refere à implantação de políticas de preservação digital no âmbito da Administração Pública Federal, constituindo um forte agravante para o futuro do patrimônio arquivístico.

¹Doutorando em Ciência da Informação pelo Universidade Federal Fluminense – Campus Porto Alegre, Bolsista CNPQ. E-mail: william.gontijo@poa.ifrs.edu.br

² Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Campus Gragoatá. E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

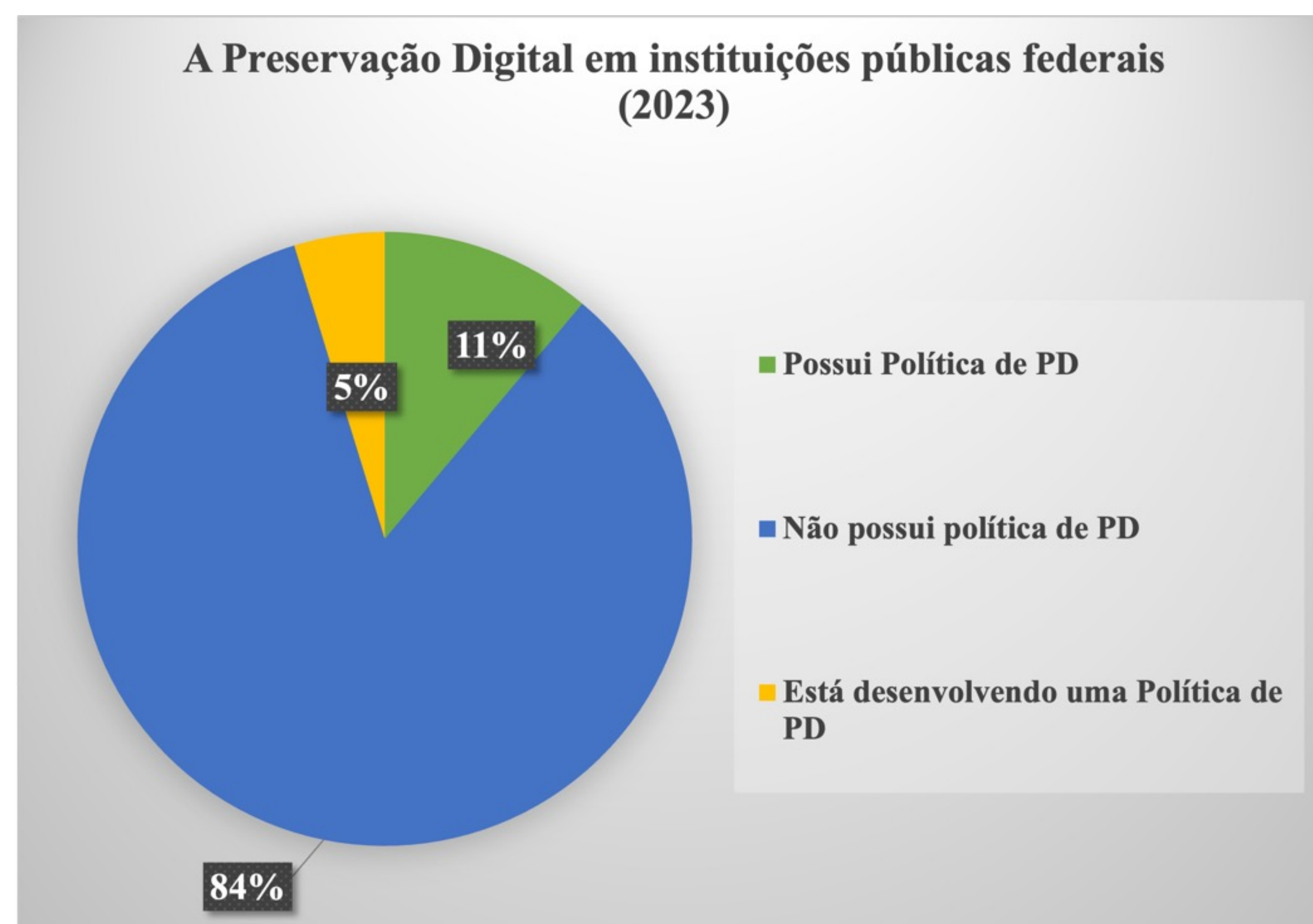


Gráfico 1 – A Preservação Digital em instituições públicas federais (2023)

FONTES: Elaboração própria

RESULTADOS

Desde a primeira pesquisa realizada por Silva (2016) até 2023 a presença de políticas de preservação digital ainda permanece sem muitos avanços, conforme se observa no Gráfico 1. Das 62 instituições pesquisadas, 84% delas ainda não possuem políticas de preservação digital ou não seguem nenhum normativo do Arquivo Nacional sobre o assunto. Do total, somente 5% (7 instituições) possuem alguma política de preservação digital e/ou segue os normativos emanados pelo Arquivo Nacional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, nov. 1995.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm>. Acesso em: 29 mai. 2015.
- COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2021.
- DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 12, 1994a, p. 49-64.
- FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9
- Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basualdo/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.
- GONZÁLES DE GÓMEZ, Maria Néilda. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/20701>. Acesso em: 03 out. 2023.
- GONZÁLES DE GÓMEZ, Maria Néilda. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/44357>. Acesso em: 03 out. 2023.
- HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**. Teoría u práctica. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991.
- HEREDIA HERRERA, A. **Lenguaje y vocabulário archivísticos**: algo más que um dicionário. Andalucía: Junta de Andalucía, 2011.